



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

A C Ó R D Ã O Nº 176

Feito : Processo Nº 570/91-TCE/ACRE
Relator : Conselheiro MARCILIANO REIS FLEMING
Voto Vencedor : Conselheiro ISNARD BASTOS BARBOSA LEITE
Assunto : Contratos de Prestação de Serviços firmados entre a Secretaria de Transportes e Obras Públicas e as firmas Azevedo Auditores Associados e F. M. Barroso.

Contrato de Prestação de Serviços Técnicos entre a Secretaria de Transportes e Obras Públicas e as firmas Azevedo Auditores Associados e F. M. Barroso, objetivando a execução de serviços técnicos especializados - considerados irregulares os Contratos de Nº 01 e 07/90.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 570/91, acima indicado, **A C O R D A M** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, por maioria, acolher o **Voto Vencedor** do Conselheiro Isnard Bastos Barbosa Leite, para considerar irregular os Contratos de Nº 01 e 07/90, em análise, firmados na gestão do Engenheiro Civil Ricardo Meira Eluan, então Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, comunicando-se esta decisão aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo, respectivamente. Vencido, o Conselheiro Relator, acompanhado do Conselheiro Alcides Dutra de Lima, que votaram pela notificação do Titular da Secretaria, para sanar as irregularidades, cumpridas as exigências do Decreto-Lei Nº 2.300/86 e da Lei Nº 4.320/64. O Conselheiro Hélio Saraiva de Freitas, votou no sentido de considerar nulos os contratos, por descumprimento das formalidades legais e pela notificação dos responsáveis, para, no prazo de trinta (30) dias, devolver aos cofres públicos, os recursos indevidamente pagos, corrigidos, concedido igual prazo, para defesa, querendo.-

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco, 02 de abril de 1992.

Cons. JOSÉ EUGENIO DE LEÃO BRAGA
Presidente

EXE - 076 - 211

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

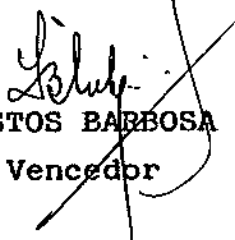
Este documento foi publicado no
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO Nº 5.760
de 10 / 04 / 1992 fl. 07.

Artil
Secretária do Plenário

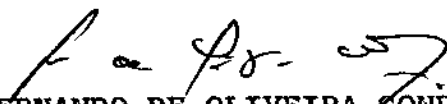


TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE


Cons. MARCILIANO REIS FLEMING
Relator


Cons. ISNARD BASTOS BARBOSA LEITE
Voto Vencedor

Fui presente:


FERNANDO DE OLIVEIRA CONDE
Procurador-Chefe do M.P.E.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE



PROCESSO Nº 570/91

RELATOR: CONSELHEIRO MARCILIANO REIS FLEMING

ASSUNTO: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CELEBRADOS ENTRE A SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS (SETOP) E AS FIRMAS: AZEVEDO AUDITORES E ASSOCIADOS E F.M BARROSO.

RELATÓRIO:

Os autos referem-se a inspeção incidente em dois contratos para a execução de serviços, tendo como contratante a Secretaria de Transportes e Obras Públicas (SETOP) e contratadas as firmas: Azevedo Auditores e Associados e F.M Barroso, cada qual, através de contratos distintos: de nºs 01/90 e 07/90. A primeira, para o processamento de Serviços Técnicos Especializados, na implantação e avaliação de controles operacionais do Órgão contratante; a segunda, para a execução de Serviços Técnicos de Engenharia, no tratamento galvânico da lancha "Rio Antimary", envolvendo os valores Cr\$ 500.808, e Cr\$ 1.669.670, respectivamente, na forma dos referidos contratos (fls. 04/11 e 12/14, dos autos).

A inspeção foi procedida pela Técnica Iris Celeste Garcia da Cunha (fls.19/23), seguida do Parecer Técnico-Jurídico do Bel. Mário Isídio dos Santos (fls. 61/65).

Na análise Técnica, foram apontadas diversas irregularidades (fls. 22/23 e 61/65).

O Ministério Público Especial, emitiu o Parecer de fls. 65/67, tendo opinado no sentido de ser oficiada a autoridade responsável, a fim de serem sanados erros e irregularidades existentes no processo, nos termos do Decreto-lei 2.300/86.

Os autos vieram-me por distribuição, já no (segue...)

[Assinatura]
CONSELHEIRO REIS FLEMING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE



limiar das férias coletivas e, em razão desse fato, foram de-
volvidos à Presidência desta Corte, com o despacho de fl. 68
v., voltando-me conclusos em data de 06 de março do mês an-
dante.

É o relatório.

Rio Branco Ac, 30 de março de 1992.


Manoel Reis Fleming
Conselheiro Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE



CONCLUSÃO E VOTO:

Dos presentes autos, emergem inúmeras irregularidades referentes aos dois contratos firmados pela Secretaria de Transportes e Obras Públicas (SETOP), na condição de contratante, e as firmas Azevedo Auditores Associados e F.M Barroso, contratadas, respectivamente. Tanto no contrato de nº 01/90, firmado com a primeira, quanto no de nº 07/90, firmado com a segunda, há vícios formais e fundamentais ensejadores de nulidades contratuais, conforme demonstrado no judicioso parecer de fls. 66/-' 67, do Procurador-Chefe do Ministério Público Especial.

Assim, é relevante evidenciar-se, neste voto, que, no primeiro contrato, isto é, no de nº 01/90, não consta:

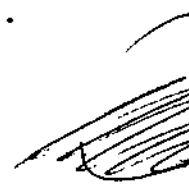
- a) - cláusula indicativa dos recursos para atendimento das despesas; e
- b) - que garanta a execução dos serviços.

Outrossim, no contrato suso mencionado, houve descumprimento da cláusula terceira, que rege a forma ou condição de pagamento. Do mesmo modo, denota-se a falta de assinatura, pelo ordenador da despesa, em documentos, tais como: a nota de pagamento da despesa orçamentária e da de empenho, e ainda, omissão do relatório final, que deveria ter sido apresentado pela contratante.

De outro lado, no contrato de nº 07/90, nota-se:

- a) - a ausência do laudo Técnico conclusivo dos serviços executados;
- b) - falta de visto ou atestado nas respectivas notas fiscais; e
- c) - excedimento do prazo na execução dos serviços, sem aplicação de qualquer multa correspondente ao descumprimento obrigacional.

(segue...)





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE



Nestas circunstâncias, vê-se que não foram observados os princípios normativos e regentes dos contratos a ministrativos, mormente as regras contidas nos arts. 44 e § 1º e 45, e respectivos itens, todos do Decreto-lei 2.300/86.

Ante o exposto, sou pela notificação da autoridade ordenadora da despesa, no caso S. Excelência o Se nhor Secretário de Estado de Obras Públicas, para, no prazo de 30 (trinta) dias, sanear as irregularidades apontadas e/ou jus tificar os motivos do procedimento adotado, expedindo-se-lhe, com as cautelas de praxe, Ofício com cópias integrais do Par cer do Ministério Público Especial e da decisão desta Corte (re latório, voto e acórdão), sobrestando-se o processo na Secre ta ria do Tribunal, para apensação à respectiva prestação de con tas do Órgão.

É assim que voto.

Rio Branco Ac, 02 de abril de 1992.


Maurício Reis Falcão
Presidente do Tribunal



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Proc. N° 570/91

V O T O:

VOTO no sentido de considerar irregular os contratos n°s. 01/90 e 07/90, firmados entre a SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS PÚBLICAS, através do Sr. Secretário à época Eng° Civil RICARDO MEIRA ELUAN e as firmas AZEVEDO AUDITORES e F. M. BARROSO, dando-se ciências da decisão aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo.

Ismar Bastos Barbosa Leite
Conselheiro